

PREFÁCIO À EDIÇÃO AMERICANA DE “O FUTURO DA ALEMANHA” DE KARL JASPERS¹

Hannah Arendt

Tradução de Paulo Eduardo Bodziak Junior

<https://orcid.org/0000-0001-9018-8104>

Um livro escrito por Karl Jaspers não precisa da minha introdução nem a de qualquer outra pessoa. Porém, neste caso particular, talvez não sejam descabidas algumas palavras que possam preparar o leitor americano para o surpreendente fato de que um filósofo, ainda mais um filósofo alemão, tenha escrito o livro politicamente mais importante a surgir na Alemanha após a Segunda Guerra. Além disso, sua tese principal, de que a República Federal da Alemanha Ocidental está prestes a abolir a democracia parlamentar e pode estar caminhando para algum tipo de ditadura que, sob certas condições - por exemplo, no caso de a Alemanha decidir acompanhar de Gaulle e retirar suas forças armadas da OTAN -, poderia se tornar uma ameaça à paz na Europa, deve ser chocante para o público americano.

¹ *The Future of Germany* foi publicado pela primeira vez na Alemanha em 1966 sob o título *Wohin treibt die Bundesrepublik?*. O livro escalou rapidamente uma posição de destaque entre os livros mais vendidos até que ganhou tradução para o inglês com o lançamento da edição americana em 1967. O texto de Hannah Arendt anuncia a alarmante tese jasperiana de que o cenário político alemão pudesse sofrer, naquele período, algum tipo de recaída nas experiências da República de Weimar. Apesar de curto, como o gênero exige, o texto arendtiano é bem sucedido na tarefa de chamar a atenção do leitor para os possíveis desdobramentos da política doméstica alemã durante a guerra fria. Tanto Arendt quanto seu antigo orientador, sempre manifestaram em seus textos uma preocupação com a estranha continuidade da vida cotidiana na Alemanha após o terror totalitário. Isto é, que os militantes e adeptos do nazismo em geral continuavam no país, ainda que ninguém falasse sobre isso nas ruas. Neste texto, Jaspers se debruçou sobre os possíveis reflexos desta condição constrangedora na política oficial alemã. Por isso, no prefácio da edição americana, Arendt acrescenta uma atualizada análise da ascensão do Partido Nacional Democrático, o que inclui a denúncia de complacência da imprensa com o novo Chanceler de histórico nazista, ampliando os indícios de que a tese jasperiana pudesse estar certa. Os desdobramentos históricos não confirmaram as previsões mais graves de Arendt e Jaspers - o nascimento de uma ditadura - , mas o texto testemunha a tensão permanente que pairava na Alemanha do pós-guerra: por um lado, com a divisão territorial após a guerra; por outro lado, com a possibilidade de que este ambiente pudesse mobilizar novamente velhas práticas e discursos, como o nacionalismo e o apreço pela exceção como saída política. Traduzido diretamente do rascunho disponível nos Arquivos Hannah Arendt da Biblioteca do Congresso Americano, este texto exigiu esforços que, em alguns momentos, nos aproximaram mais do trabalho de edição do que de tradução. Fez-se a opção por editar a pontuação de períodos exageradamente longos nas ocasiões que pudessem comprometer a inteligibilidade do texto. Todavia, esta intervenção foi reduzida ao mínimo necessário, preservando-se o estilo textual da autora. Notas, contendo detalhes historiográficos, foram incluídas para facilitar a contextualização da leitura a partir dos fatos mencionados. O texto original não possui notas, por isso dispensamos as indicações de “notas do tradutor”. Tradução: Paulo Eduardo Bodziak Junior.

Pois, em nossa preocupação com os novos empreendimentos deste país na Ásia², demos pouca atenção aos sinais bastante assustadores de desintegração na Europa, particularmente na Alemanha, e sobre eles temos recebido ainda menos informações. À medida que os correspondentes e articulistas quebram essa muralha de ignorância e silêncio, com pouquíssimas exceções, foi para dizer que não nos preocupemos - Bonn não é Weimar; um ressurgimento de nacionalismo é apenas natural, o fato do novo chanceler ser um ex-oficial de alto escalão do Ministério de Relações Exteriores de Ribbentrop³ é um sinal saudável da recuperação política alemã, pois seu vice-chanceler é um ex-refugiado socialista e os dois juntos estabelecem "um bom exemplo para a unificação da nação" (Willy Brandt); o recente sucesso eleitoral do Partido Nacional Democrático (PND), um grupo de extrema direita, que ninguém previu, não deveria ser motivo de alarde apesar de êxitos ainda maiores serem esperados em um futuro próximo; incidentes antissemitas graves nas forças armadas, onde o PND é especialmente forte no baixo oficialato, foram raramente relatados na Alemanha e sequer mencionados neste país. Pelo que sei, nossos jornais nem consideraram digna de publicação a reação de Franz Josef Straus, novo ministro das finanças de Bonn, ao êxito eleitoral do PND: “[e]sta é a resposta aos anos em que tudo que é alemão e todos os sentimentos nacionais foram arrastados para lama”. Sabe-se, por outro lado, que a Alemanha Ocidental nunca reconheceu a Linha Oder-Neisse⁴, que nenhum partido jamais ousou declarar publicamente que o reconhecimento da situação oriental era parte do seu programa e que reivindicações dos territórios orientais perdidos aumentaram de intensidade durante os últimos anos; mas esses gritos alarmantes de indignação não deveriam ser levados a sério, nos disseram, pois tudo isso de modo tácito e privado, incluindo a existência de dois estados alemães, foi aceito há tempos em Bonn. Cada um desses conselhos complacentes foi refutado por escrito dentro e fora da Alemanha, mas o feitiço da complacência nunca foi quebrado. Nem mesmo os gritos de “segundo Versalhes”⁵, com os quais as negociações do acordo de não-proliferação de armas nucleares entre este país e a União Soviética foram recebidas por grande parte da opinião

² Entre os anos 1950 e 1975, as Guerras da Coreia e do Vietnã que ocuparam lugar central na agenda pública americana.

³ Joachim Von Ribbentrop, ministro de Hitler entre 1938 e 1945. Em 1966, ano da publicação de *Wohin treibt die Bundesrepublik?*, Kurt Georg Kiesinger foi eleito novo Chanceler. O político havia sido membro do partido nazista, tendo como vice-chanceler, e também seu sucessor a partir de 1969, Willy Brandt.

⁴ Divisa territorial estabelecida entre Alemanha e Polônia após a Segunda Guerra. Neste novo marco, o país alemão perdeu porções de território para a Polônia, pois o país eslavo precisava ser compensado a oeste pelas incorporações realizadas a leste pela URSS.

⁵ O Tratado de Versalhes, em 1919, pôs fim à Primeira Guerra, mas foi recebido como grande humilhação pelo povo alemão. Por esta razão, é apontado como um dos fatores de declínio da República de Weimar em 1933.

pública e da oficial na Alemanha - certamente o sintoma mais alarmante da mudança de ânimos na *Bundesrepublik* -, foram considerados significantes o bastante para serem relatados.

Este livro soa o alarme. Quando Jaspers o escreveu, há cerca de dois anos, e quando foi publicado, há mais de um ano, muitas evidências que mencionei acima ainda não tinham se materializado. Por isso, apenas agora - em seu recém publicado “Resposta à crítica”, do qual certas partes foram incorporadas à edição americana - quando confrontado com o fato consumado da "grande coalização", isto é, a eliminação *de facto* da oposição parlamentar, com a iminência de uma legislação de emergência (*Notstandsgesetzgebung*), que efetivamente anularia a constituição, e a ascensão de um novo partido agressivo que “revela a falência do resto” e preenche provisoriamente o vácuo em Bonn (“A fé mais insana pode se espalhar em tal situação”), ele resume a inevitável conclusão de todas as suas análises - “Uma nova catástrofe política-moral pode estar reservada para nós”. Jaspers não acredita em um renascimento do nazismo, e nas circunstâncias atuais isso é de fato improvável, embora alguns dos porta-vozes do novo PDN digam publicamente que não Hitler, mas a comunidade judaica internacional deveria ser culpada pela explosão da última guerra. Bonn pode não ser Weimar, mas o processo de desintegração no governo de Bonn carrega alguns traços de similaridade conspícua com aqueles que caracterizaram os últimos meses da República de Weimar. Quem não se lembra do malfadado *Notverordnungen*⁶ de Brüning em 1932 quando se fala em *Notstandsgesetze*⁷? E o fato de desta vez não haver, em contraste com a crise política e econômica do início dos anos 1930, qualquer emergência, como afirma Jaspers, não é reconfortante; pelo contrário, tem-se a impressão de que esta empreitada totalmente supérflua usa uma emergência alegadamente possível mais como pretexto para se livrar da atual forma de governo. A única diferença é que “a real ameaça, que na República de Weimar veio de forças anti-estado em busca de mudanças revolucionárias, repousa agora no próprio estado. Ele não está ameaçado por contra-movimentos. Nenhuma oposição o transforma. Ele transforma a si mesmo, perseguindo vagamente os mesmos objetivos perseguidos naqueles dias: autoridade, estado autoritário, ditadura”.

Em termos históricos, é inegável que o governo de Bonn foi estabelecido como uma tentativa consciente de criar não uma "nova situação política mas o '*status quo ante*' Hitler, isto é, restaurar a República de Weimar". As mudanças constitucionais na nova Lei Básica, como a

⁶ “Portaria de emergência”, dispositivo previsto na Constituição de Weimar para instituir o estado de exceção. A mais famosa ficou conhecida como “Portaria do Incêndio do Reichstag” em 28 de fevereiro de 1933.

⁷ Atos de emergência.

constituição de Bonn é geralmente chamada, são dispositivos técnicos destinados a emendar certos atalhos institucionais que os constitucionalistas culpam pelo desastre de 1933. Por isso o clichê de que "Bonn não é Weimar". A maneira pela qual Bonn pode estar a caminho de "ser tornar Weimar" foi recentemente explicada em detalhes por Karl Dietrich Bracher, maior historiador alemão sobre a "desintegração da República de Weimar", em artigo na *Der Spiegel*). Hoje é frequentemente esquecido que na crise de 1932 existia uma alternativa ao governo nazista, uma ditadura militar sob o general Schleicher, que os nazistas, conscientes da possibilidade, rapidamente assassinaram. Se o temor de Jaspers, de que a Alemanha Ocidental possa descambar para uma ditadura militar, se tornar realidade, seria a prova - se provas fossem possíveis nesta questão - de que Bonn é realmente a repetição de Weimar desde o seu princípio.

Com olhar infalível para o essencial, Jaspers atravessa rapidamente os últimos vinte anos da história alemã e ao avaliá-los tem a grande vantagem de lembrar toda a história do século XX de modo vívido e concreto. Ele tinha trinta anos quando estourou a Primeira Guerra em um ambiente de paroxismo nacionalista, e assistiu de perto o segundo paroxismo vinte anos depois quando quase toda a nação se tornou nazista. Está dolorosamente consciente de tudo que permaneceu constante, não nas circunstâncias do mundo, mas na condição interna e no comportamento do povo. Não se trata de um eterno caráter nacional alemão; trata-se de um padrão de comportamento típico e repetido desde que Bismarck fundou o Reich alemão. O perigo agora repousa nas consequências automáticas do fato de que "nenhum novo estado emergiu em 1945", e de que nenhuma ruptura clara com o passado, nem mesmo o passado nazista, foi realizada. No lugar, espalhou-se uma "falsidade geral permeando nossa existência política e, portanto, nossa existência pessoal", a mentira crucial desde o começo do mandato de Adenauer é a de "que os alemães nunca foram realmente nazistas". A grande coalizão, celebrada com congratulações mútuas de políticos e aplaudida de forma quase unânime dentro e fora da Alemanha, é na verdade uma transformação grotesca de um sistema de dois partidos em uma nova forma de governo, um tipo de ditadura de dois partidos, ou, nas palavras de Jaspers, uma "ditadura dos políticos". Para entender que este é de fato o começo do fim da democracia parlamentarista na Alemanha, basta recuperar o argumento com o qual Adenauer em 1949 rejeitou a ideia de uma coalizão entre os dois maiores partidos: sob tais circunstância, ele escreve em suas anotações, "não haveria oposição forte no parlamento. Eu temia o desenvolvimento de uma oposição extra-parlamentar de base nacionalista, com demagogos nacionalistas colocando em perigo o jovem estado". Hoje, o Sr. Adenauer se esqueceu do que possa ter sabido sobre o funcionamento de um governo parlamentar; agora, ele não apenas está

impressionado pelo General de Gaulle como está cheio de admiração pelo General Franco, que, afinal, deve sua posição atual, e não em pouca medida, a Hitler e Mussolini. Em 1967, de todo modo, nem políticos nem estadistas compartilham este óbvio interesse do senso comum. Existem apenas algumas vozes solitárias - um filósofo, um romancista, um jornalista - que parecem entender o que deveria ser óbvio para todos, Rudolf Augstein no *Der Spiegel* e Günter Grass, que em duas cartas implorou desesperadamente para que Kiesinger não aceitasse a chancelaria devido seu passado nazista e implorou a Willy Brandt, em palavras que curiosamente relembram o antigo argumento do Sr. Adenauer contra um governo sem oposição, para reconsiderar a decisão que “deixaria a mim a meus amigos relegados a um canto qualquer, nos rebaixando a um contraponto impotente ao Partido Nacional Democrático. [...]A juventude do nosso país irá virar as costas para este estado e sua constituição, ficará presa em algum extremismo de esquerda ou de direita tão logo este casamento terrível tenha sido consumado”.

Complacência, otimismo oriundo do medo e auto-congratulação inócua talvez sejam os principais ingredientes na atual atmosfera oficial da Alemanha, mas estão muito longe de contar a história toda. Hoje deve haver muitos alemães que não são nem um pouco complacentes, caso contrário, o espetacular sucesso deste livro, que nunca deixou a lista dos mais vendidos desde a data da sua publicação, seria inexplicável. Mas nem isso é muito encorajador. Há algo estranho neste sucesso que não é realmente um *succès d'estime*. A questão não é que Bonn e todas as pessoas ligadas ao governo publicamente ignoraram o livro e fizeram todo o possível no privado para desacreditar a obra e seu autor, mas que a parcela dominante da opinião pública respeitável tem sido respeitosa e hostil - talvez não no mesmo nível de anos atrás quando Jaspers propôs pela primeira vez o reconhecimento da DDR, o governo da Alemanha Oriental, sob certas condições; naquele momento, um jornalista suíço escreveu que “nem mesmo Krushev foi bem sucedido em desencadear tal demonstração de consenso nacional”. O hiato entre o sucesso imediato do livro e a crítica vocalizada por quase todos os órgãos da opinião pública parece indicar que Jaspers foi bem sucedido em alcançar muitas pessoas, mas estas muitas pessoas são precisamente aquelas cujas opiniões e sentimentos raramente estão representados em público de alguma forma. Lembra infelizmente do único outro *bestseller* que Jaspers escreveu, do seu *Geistige Situation der Zeit* (O homem na era moderna), que, publicado em 1931, vendeu cinco edições no curto período de tempo que separou sua aparição da ascensão de Hitler ao poder. Jaspers alertou na ocasião para a rápida desintegração da República de Weimar que tornou a vitória de Hitler possível. O tipo de sucesso obtido foi ameaçadoramente parecido: seus pressentimentos de uma catástrofe iminente foram denunciados por toda a crítica

respeitável e ele foi lido por uma minoria que, embora pudesse ser numericamente forte o bastante para se fazer ouvir, era de fato impotente; capaz e disposta a encarar a realidades ainda não tão óbvias, mas sem forças para mudá-las.

Março de 1967.